

CONCURSO PÚBLICO

**AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E MASSAS LUBRIFICANTES PARA EQUIPAMENTOS DE
INSTALAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO**

TA_24_156_CP_B_039_DMA

CADERNO DE ENCARGOS

dezembro 2024

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico**, em conformidade com as especificações e requisitos técnicos definidos do **Anexo I** e nas instalações indicadas no **Anexo II**, ambos ao presente Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante.
2. A Tejo Atlântico não se vincula à aquisição de quantidades mínimas, as quantidades previstas no Anexo III – Lista de Preços Unitários do Programa do Concurso possuem natureza meramente indicativa (estimativa) para um período que poderá ir até um máximo de 1 (um) ano, a contar da data da celebração do contrato, não consubstanciando qualquer vínculo por parte da Tejo Atlântico.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) interessado(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos, que dele fazem parte integrante;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo concorrente;

- f) O respetivo clausulado contratual e respetivos anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo Contratual

1. O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, considerando-se outorgado na última data de aposição de assinatura, e mantendo-se em vigor pelo prazo máximo de I (*um*) ano, não renovável, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.
2. Se, antes de decorrido o prazo acima mencionado, durante a sua vigência, se atingir o pagamento do preço total do contrato, operará o respetivo termo com a encomenda dos bens que a tal conduzam, e o contrato extinguir-se-á com o pagamento destes, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos e respetivos **Anexos I e II**, que dele fazem parte integrante, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

- a) Assegurar, pelos preços unitários indicados na proposta adjudicada e dentro do prazo estabelecido, os fornecimentos solicitados conforme as notas de encomenda a emitir pela Tejo Atlântico, em conformidade com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I**, em todas as instalações da Tejo Atlântico indicadas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos;
- b) Planificar detalhadamente a execução dos fornecimentos solicitados pela Tejo Atlântico, no decorrer do contrato, incluindo a alocação dos meios humanos e técnicos necessários e todos os aspetos relacionados com a segurança do pessoal, das instalações e dos equipamentos;
- c) Cumprir os prazos de entrega dos bens, em conformidade com o estabelecido no n.º 3 da Cláusula 6.ª do presente Caderno de Encargos;
- d) Fornecer, no decorrer do contrato, todas as informações, elementos e sugestões julgadas úteis para a melhoria da política de manutenção e das atividades com estas relacionadas;
- e) Garantir que a classificação, a embalagem e a rotulagem dos bens, obedece ao regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 98/2010, de 11 de agosto, e ao Regulamento (UE) n.º 1272/2008 2018/1480 (CLP);
- f) Garantir o respeito por toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor, ou que vier a entrar em vigor, no que a esta matéria concerne, bem como pela restante legislação no âmbito da segurança e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal afetado à execução do fornecimento, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem;
- g) Assumir todos os custos inerentes à entrega dos bens;
- h) Estabelecer e agir segundo um Programa de Garantia da Qualidade de acordo com os programas da qualidade que a Tejo Atlântico tem implementado e que venha a implementar durante o período de vigência do contrato;
- i) Entregar, em simultâneo com os bens, toda a documentação associada aos mesmos, nomeadamente Fichas Técnicas e Fichas de Dados de Segurança (FDS) CE, redigidas em língua portuguesa;

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

- j) Garantir a qualidade dos bens fornecidos de acordo com os normativos internos em vigor na Tejo Atlântico;
 - k) Garantir que o fornecimento dos bens é efetuado no período compreendido entre as 9h00 e as 18h00;
 - l) Cumprir as normas ambientais e regras de segurança e de proteção ambiental em vigor;
 - m) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - n) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social e/ou os seus representantes legais;
 - o) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações contratuais;
 - p) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);
 - q) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio eletrónico da empresa https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf.
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, nas seguintes condições:
- a) Meios Humanos:
 - i. O Cocontratante é responsável pela mobilização de todos os meios humanos necessários à execução dos fornecimentos constantes na sua proposta;

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

- ii. Para além do cumprimento da regulação interna da Tejo Atlântico, e legislação em vigor, o Cocontratante é responsável pela higiene e segurança do seu pessoal, devendo ter em atenção não só o trabalho que este executa, mas também as condições que o rodeiam;
 - iii. O Cocontratante deve tomar conhecimento e respeitar a regulamentação interna e o Regulamento de Prevenção e Segurança que vier a ser adotado pela Tejo Atlântico, e efetuar todas as ações necessárias à formação e informação do seu pessoal, bem como zelar para que se apresente ao serviço devidamente munido do equipamento adequado, de modo a que os fornecimentos sejam realizados em condições de absoluta segurança, devendo também dar conhecimento das ações que empreende com essa finalidade, reservando-se a Tejo Atlântico ao direito de as verificar;
 - iv. A identificação do pessoal afeto ao fornecimento de bens deve obedecer aos procedimentos adotados pela Tejo Atlântico;
 - v. As condições de entrada e permanência do pessoal afeto ao fornecimento de bens nas instalações deve obedecer aos procedimentos adotados pela Tejo Atlântico;
 - vi. O acesso e circulação de viaturas do Cocontratante nas instalações na Tejo Atlântico está condicionado aos procedimentos adotados pela Tejo Atlântico.
- b) Materiais:
- i. São da responsabilidade do Cocontratante as viaturas para entrega dos bens objeto de contrato nas instalações da Tejo Atlântico;
 - ii. São da responsabilidade do Cocontratante os equipamentos de movimentação de embalagens necessário para a descarga dos bens objeto de contrato nas instalações da Tejo Atlântico;
 - iii. É da responsabilidade do Cocontratante todo o equipamento necessário ao correto acondicionamento para a realização das operações de transporte de embalagens;
 - iv. São da responsabilidade do Cocontratante os equipamentos de proteção individual e coletiva, de acordo com as normas legais.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O Cocontratante obriga-se a entregar à Tejo Atlântico, os bens objeto do contrato com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. O Cocontratante poderá fornecer, em alternativa à referência descrita no **Anexo I**, outras referências do mesmo fabricante ou de outros fabricantes, desde que os mesmos sejam equivalentes e compatíveis para a mistura com os óleos e massas lubrificantes descritas no **Anexo I**, sem perda de eficiência de lubrificação em termos da sua durabilidade (intervalo de lubrificação) e fiabilidade da máquina (sem problemas provocados pelo lubrificante ou pela sua mistura com os lubrificantes indicados no **Anexo I**), devidamente comprovados por ensaios ou estudos técnicos e de declaração de compatibilidade individual por lubrificante, conforme apresentado na sua proposta.
3. As referências alternativas propostas pelo Cocontratante como equivalentes e compatíveis com as indicadas no **Anexo I**, que se venham a revelar não equivalentes e compatíveis, serão substituídas pelo Cocontratante por outras, efetiva e comprovadamente equivalentes e compatíveis, mantendo o preço unitário de referência original da proposta adjudicada.
4. Caso as referências alternativas propostas pelo Cocontratante como equivalentes e compatíveis com as indicadas no **Anexo I**, que se venham a revelar não equivalentes e compatíveis, induzam danos comprovados nos equipamentos, todos os encargos com a sua reparação serão assumidos pelo Cocontratante.
5. O Cocontratante poderá substituir os ensaios ou estudos técnicos e a declaração de compatibilidade individual por lubrificante, referidos no ponto 2 acima, pela substituição integral do lubrificante em causa em todas as máquinas que careçam de reposições de nível de óleo ou de lubrificação a massa, sendo os encargos em meios humanos e materiais para tais ações da responsabilidade do Cocontratante.
6. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
7. O Cocontratante é responsável perante a Tejo Atlântico por qualquer defeito ou

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª

Entrega dos bens

1. Os bens objeto do contrato constantes no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos devem ser entregues nas instalações referidas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, sem prejuízo de outras instalações que venham a ser acordadas com o Cocontratante no decorrer do contrato.
2. As solicitações dos fornecimentos e entrega serão efetuadas faseadamente ao longo do período de execução do contrato, mediante notas de encomenda a emitir por cada solicitação, com indicação dos locais de entrega.
3. Salvo situações devidamente fundamentadas, os fornecimentos devem ser efetuados no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis, a partir da data de envio da respetiva nota de encomenda pela Tejo Atlântico.
4. Os fornecimentos serão efetuados no horário “normal” compreendido entre as 09h00 e as 18h00 em todos os locais identificados no **Anexo II** ao presente Cadernos de Encargos.
5. Os fornecimentos efetuados para além do horário referido no ponto anterior têm de ser previamente autorizados pela Tejo Atlântico, podendo esta autorizar que os mesmos se realizem no período compreendido entre as 18h00 e as 09h00 para favorecer a eficácia do Cocontratante.
6. Caso o Cocontratante, por sua iniciativa, proceda ao fornecimento dos bens fora do horário “normal”, a Tejo Atlântico pode exigir o pagamento do acréscimo de custos caso a realização do fornecimento o justifique.
7. Caso o Cocontratante tenha que recorrer a horas extraordinárias para o cumprimento dos prazos de fornecimento, estas horas são da responsabilidade do Cocontratante bem como todos os encargos que daí resultem.
8. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio e documentos que

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

sejam necessários para a boa e integral utilização, designadamente, Fichas Técnicas e Fichas de Dados de Segurança (FDS) redigidos em língua portuguesa.

9. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
10. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do Cocontratante.
11. Não são garantidas quantidades mínimas de bens por cada nota de encomenda.
12. Não são garantidos integralmente todos os fornecimentos previstos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.^a

Inspeção e testes de aceitação

1. Efetuada a entrega dos bens, a Tejo Atlântico, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 3 (três) dias, à análise quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os bens fornecidos correspondem às quantidades solicitadas na nota de encomenda e se reúnem as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.
2. Durante a análise referida no número anterior, o Cocontratante deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito.

Cláusula 8.^a

Inoperacionalidade, Defeitos ou Discrepâncias

1. No caso da análise prevista na cláusula anterior, não comprovar a total conformidade com as quantidades de bens solicitados e os bens efetivamente fornecidos, com as exigências

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

técnicas legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve informar disso, por escrito, o Cocontratante.

2. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, à entrega, recolha ou substituição dos bens nas instalações da Tejo Atlântico, exceto em situações devidamente justificadas pelo Cocontratante e aceites pela Tejo Atlântico.
3. Após a realização das entregas, recolhas ou substituições necessárias pelo Cocontratante, no prazo respetivo, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos previstos na cláusula anterior.

Cláusula 9.^a

Aceitação dos Bens e Transferência da Propriedade

1. Caso a análise a que se refere a cláusula 7.^a comprove, que a quantidade dos bens efetivamente fornecidos correspondem às quantidades solicitadas na nota de encomenda, com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico dá por aceite os bens, dando conhecimento ao Cocontratante.
2. A aceitação dos bens a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens objeto do contrato com as exigências legais ou com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.
3. Com a aceitação dos bens, a Tejo Atlântico procede à entrada de mercadoria, ocorrendo a transferência da posse e da propriedade dos bens para a Tejo Atlântico, incluindo o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.

Cláusula 10.^a

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens

de consumo e das garantias a ela relativas, o Cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 (*três*) anos a contar da data de notificação da aceitação dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I**, ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2. No prazo máximo de 2 (*dois*) meses a contar da data em que a Tejo Atlântico tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva substituição.
3. A substituições previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela Tejo Atlântico e sem grave inconveniente para esta, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 11.ª

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.ª

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (*quinze*)

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.

9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação;
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Cocontratante é fundamento de resolução do contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 13.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 14.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 15.^a

Dever de Cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
- b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 16.^a

Preço contratual

1. O preço contratual máximo será de 80.000,00€ (*oitenta mil euros*).
2. O preço contratual inclui o custo da Taxa Ecolub à taxa legal em vigor se este for legalmente aplicável.
3. Os preços unitários constantes na Lista de Preços Unitários da proposta adjudicada serão os preços a praticar ao longo do contrato até que seja atingido o preço contratual.
4. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante o preço resultante da aplicação dos preços unitários, constantes da proposta adjudicada, aos bens efetivamente fornecidos, durante o período contratual, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
5. O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, instalação dos bens e serviços associados bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.^a

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, considera-se vencida após o integral cumprimento das obrigações contratuais decorrentes do fornecimento constante de cada nota de encomenda

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

e da respetiva aceitação dos bens, mediante a entrada de mercadoria, de acordo com o n.º I da cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos.

3. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Fornecedor, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária, para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 18.ª

Faturação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância do disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida após a entrega e a aceitação de todos os bens identificado (s) na(s) nota(s) de encomenda(s) emitida(s) pela Tejo Atlântico;
 - b) Identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico e o respetivo número de Guia de Remessa;
 - c) Identificar os bens fornecidos, as e respetivas quantidades e os locais de entrega no período em referência;

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

- d) Apresentar o preço unitário e global dos bens fornecidos;
 - e) Indicar o IVA à taxa legal aplicável;
 - f) Indicar o valor da Taxa Ecolub a reembolsar pela Tejo Atlântico ao Cocontratante.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>.
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora;
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:
- Gestor do contrato: João Machado
 - Morada: Fábrica da Água de Alcântara – Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º +351 213 107 900
 - Correio eletrónico geral.adta@adp.pt
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.

3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Fornecedor, em relatório fundamentado, as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O gestor de contrato pode suspender os fornecimentos sempre que verifique que não estão a ser realizados segundo as especificações e requisitos técnicos definidos do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.
5. O gestor de contrato pode suspender os fornecimentos sempre que verifique que não estão a ser cumpridos os procedimentos de segurança em vigor, não podendo o Cocontratante invocar a suspensão e /ou condicionamento dos mesmos para evitar a aplicação das sanções previstas na Cláusula 21.^a do presente Caderno de Encargos.
6. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.

5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

Cláusula 21.ª

Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento dos prazos de entrega dos bens, definidos no n.º 3 da Cláusula 6.ª, até 50,00 € (*cinquenta euros*), por cada dia de atraso.
 - b) Até 50,00 € (*cinquenta euros*) por cada incumprimento de disponibilização dos meios materiais necessários à entrega e descarga dos bens, conforme definido na alínea b) do n.º 2 da Cláusula 4.ª;
 - c) Pelo incumprimento das normas de ambiente e higiene e segurança no trabalho e saúde ocupacional até 50,00 € (*cinquenta euros*), por cada dia enquanto o incumprimento se verificar;
 - d) Até 1.000,00€ (*mil euros*) por cada referência alternativa proposta como equivalente e compatível com as indicadas na Lista de Preços Unitários, Anexo III do Programa do Concurso, que explicitamente se verifique não ser equivalente e compatível.
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
4. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 22.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

Cláusula 23.^a

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e no presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no seguinte caso:
- a) Atraso nos fornecimentos, superior a I (*um*) mês ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Tejo Atlântico.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.

4. Ao valor da sanção referida no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 21.^a relativamente aos bens objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

Cláusula 24.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista a alínea c) do n.º I do referido artigo 332.º do CCP, o direito da resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 25.^a

Caução

1. A caução prestada nos termos do Programa do Concurso, para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, pode ser executada pela Tejo Atlântico, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela Tejo Atlântico não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 20 (*vinte*) dias após a notificação da Tejo Atlântico para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 26.^a

Seguros

- I. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
 - a) Responsabilidade Civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
 - b) Acidentes de Trabalho, por parte dos membros da equipa a afetar ao fornecimento.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 27.^a

Deveres de informação

- I. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 28^a

Comunicações

- I. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por

correio eletrónico, entre o Gestor designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na Cláusula 19.^a, e o Cocontratante para os contactos identificados em declaração do Cocontratante nos termos do Anexo VII do Programa do Concurso.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (quinze) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 29.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa do Juízo de Contratos Públicos, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 30.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 31.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS DOS BENS A FORNECER

(Todas as referências feitas a um produto em concreto entendem-se efetuadas como “ou equivalente”)

Descrição	Embalagem
SHELL AIR TOOL S2 A 32	Balde 20L
ANTICONGELANTE/REFRIGERANTE 30%	Tambor 209L
ANTICONGELANTE/REFRIGERANTE 30%	GRG 1000L
SHELL CORENA S2 P 100	Balde 20L
SHELL CORENA S2 P 68	Balde 20L
SHELL CORENA S3 R 46	Balde 20L
SHELL CORENA S4 P 68	Balde 20L
SHELL CORENA S4 R 46	Balde 20L
SHELL CORENA S4 R 68	Balde 20L
SHELL DIALA S4 ZX-I	Balde 20L
SHELL DIALA S4 ZX-I	Tambor 209L
SHELL GADUS S2 VI00 3	Balde 18Kg
SHELL GADUS S2 VI00 3	12x0,4Kg
GADUS S2 V220 0	Balde 18Kg
SHELL GADUS S2 V220AC 2	12x0,4Kg
SHELL GADUS S2 V220AC 2	Balde 18Kg
SHELL GADUS S3 TI00 2	Balde 18Kg
SHELL GADUS S3 VI00 2	Balde 18Kg
SHELL GADUS S5 VI00 2	Balde 18Kg
SHELL GADUS S5 V42P 2.5	Balde 18Kg
SHELL HELIX ULTRA 5W40	3x5L
SHELL HELIX ULTRA 5W40	Jerrican 5L
SHELL HELIX ULTRA 5W40	Balde 20L
SHELL HELIX ULTRA 5W40	Tambor 209L
KIT DE ANÁLISE PARA ÓLEO	Unidade
SHELL MORLINA S2 B 100	Balde 20L
SHELL MYSELLA S5 S 40	Tambor 209L
SHELL NATURELLE GREASE S5 VI20P 2	Balde 18Kg

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

SHELL OMALA S2 GX 150	Balde 20L
SHELL OMALA S2 GX 220	Balde 20L
SHELL OMALA S2 GX 220	Tambor 209L
SHELL OMALA S2 GX 320	Balde 20L
SHELL OMALA S2 GX 320	Tambor 209L
SHELL OMALA S2 GX 460	Balde 20L
SHELL OMALA S2 GX 680	Balde 20L
SHELL OMALA S2 GX 680	Tambor 209L
SHELL OMALA S4 GXV 220	Tambor 209L
SHELL OMALA S4 GXV 220	Balde 20L
SHELL OMALA S4 GXV 320	Tambor 209L
SHELL OMALA S4 GXV 320	Balde 20L
SHELL OMALA S4 GXV 460	Tambor 209L
SHELL OMALA S4 GXV 680	Tambor 209L
SHELL OMALA S4 WE 220	Balde 20L
SHELL OMALA S4 WE 220	Tambor 209L
SHELL OMALA S4 WE 320	Balde 20L
SHELL ONDINA X 420	Tambor 209L
SHELL RIMULA R3 10W	Balde 20L
SHELL RIMULA R3 10W	Tambor 209L
SHELL RIMULA R3+ 30	Tambor 209L
SHELL RIMULA R3+ 30	Balde 20L
SHELL RIMULA R4 X 15W-40	Tambor 209L
SHELL SPIRAX S2 ATF AX	Balde 20L
SHELL SPIRAX S4 ATF HDX	Balde 20L
SHELL TELLUS S2 MX 32	Balde 20L
SHELL TELLUS S2 MX 32	Tambor 209L
SHELL TELLUS S2 MX 46	Balde 20L
SHELL TELLUS S2 MX 46	Tambor 209L
SKF LAGD 125/HMT68	1 unidade
SKF LAGD 125/WA2	1 unidade
SKF LGWA 2/SD125	1 unidade
SKF LGWA 2/SD250	1 unidade

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

SKF LHMT 68/SD125	1 unidade
SKF TLSD 125/WA2	1 unidade
SKF TLSD 1-DS	1 unidade
SKF TLSD 1-BATC	1 unidade
SKF TLSD 1-BAT	1 unidade
SKF TLSD 250/WA2	1 unidade
SKF TLSD 125/HMT68	1 unidade
SKF TLSD 125/WA2	1 unidade
SKF LGHB 2/0.4	Emb 400ml
SKF LGHP 2/0.4	Emb 400ml
AERZEN DELTA LUBE 06	Emb 5L
KLUBER ISOFLEX NBU15	Emb 1Kg
MOBIL PEGASUS 605 ULTRA 40	Tambor 209L
GALP POWER GAS NGB 40	Tambor 205L
ELESA CHAIN LUBE AEROSOL 23	Spray 0,4L

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -

ANEXO II

LOCAIS DE ENTREGA

A.	Município de Lisboa					
	A.1.	Subsistema de Alcântara		Morada	C. Postal	Localidade
		A.1.1	ETAR de Alcântara	Av. de Ceuta	1300-254	Lisboa
	A.2.	Subsistema de Chelas		Morada	C. Postal	Localidade
		A.2.1	ETAR de Chelas	Estrada de Chelas 113	1900-150	Lisboa
	A.3.	Subsistema de Beirolas		Morada	C. Postal	Localidade
		A.3.1	ETAR de Beirolas	Rua Chen He, Parque das Nações	1990-193	Sacavém

B.	Município de Loures					
	B.1.	Subsistema de Frielas		Morada	C. Postal	Localidade
		B.1.1	ETAR de Frielas		Rua 25 de Setembro, Cruz da Pedra	2640-312
	B.2.	Subsistema de São João da Talha		Morada	C. Postal	Localidade
		B.2.1	ETAR de S. J. Talha		Estrada Nacional 10 - km 139	2695-671

C.	Municípios de Cascais e Oeiras					
	C.I.	Subsistema da Costa do Estoril		Morada	C. Postal	Localidade
		C.I.1	ETAR da Guia - ETFL	E.N. 247	2750-642	Cascais
		C.I.2	ETAR da Guia – ETFS	Rua Humberto Delgado	2755-234	Alcabideche

D.	Município de Vila Franca de Xira					
	D.1.	Subsistema de Alverca		Morada	C. Postal	Localidade
		D.1.1.	ETAR de Alverca do Ribatejo	Estrada da Ogma	2615-173	Alverca
	D.2.	Subsistema de V. F. de Xira		Morada	C. Postal	Localidade
		D.2.1	ETAR de V. F. Xira	Estrada Nacional 10 - km 115,5	2600-147	V. F. Xira

E.	Município de Mafra					
	E.1.	Subsistema da Ericeira		Morada	C. Postal	Localidade
		E.1.1	ETAR da Ericeira	Estrada de Ribeira de Ilhas	2640-051	Santo Isidoro
	E.2.	Subsistema de Mafra		Morada	C. Postal	Localidade
		E.2.1	ETAR de Mafra	Rua do Caminho do Cemitério	2640-393	Mafra
	E.3.	Subsistema da Malveira		Morada	C. Postal	Localidade
		E.3.1	ETAR da Malveira	Estrada Nacional 116 - km 14, Casal Novo	2665-254	Malveira

F.	Município de Óbidos					
	F.I.	Local		Morada	C. Postal	Localidade
		F.I.I	Armazém das Gaeiras	Zona Industrial da Ponte Seca, Lote 9	2510-752	Gaeiras

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Óleos e Massas Lubrificantes para Equipamentos de Instalações da Tejo Atlântico -